

Que mulheres podem ser jovens?

Elisabete da Silveira Ribeiro¹
Lóry da Silveira Ribeiro²
Sulivan Ferreira de Souza³

Resumo

Este artigo é parte da tese intitulada *Juventudes e Deficiência: Narrativas Autobiográficas de Jovens Mulheres* que está sendo produzida no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ao abordar o tema das juventudes, o argumento procura desnaturalizar ideias e concepções correntes. Assim, o conceito é afastado tanto do singular, juventude, como do termo adolescência, considerado, em muitos estudos seu sinônimo. Juventudes, no plural, também se justifica no reconhecimento da existência de múltiplas experiências juvenis. Este artigo ancora-se na sociologia da juventude. Dialoga-se com autores como Luís Antônio Groppo (2016, 2017) a fim de historicizar distintas concepções; Karl Mannheim (1993 [1928]); Marialice Foracchi (1972) em se tratando de geração; e pesquisadores como Mário Margulis e Marcelo Urresti (2000); Silvana Goellner (2003) no que envolve as moratórias social e vital, enfatizando, nesta última, questões relativas ao gênero e ao corpo.

Palavras-Chave: Juventudes; Geração; Moratória Social; Moratória Vital.

1. Introdução

Este artigo procura desenvolver um diálogo com autores como Luís Antônio Groppo (2016, 2017) a fim de historicizar distintas concepções; Karl Mannheim (1993 [1928]); Marialice Foracchi (1972) em se tratando de geração; e pesquisadores como Mário Margulis e Marcelo Urresti (2000); Silvana Goellner (2003) no que envolve as moratórias social e vital, enfatizando, nesta última, questões relativas ao gênero e ao corpo, voltando o olhar para a produção das juventudes. Para nos embasarmos na temática, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica acerca das juventudes. Tal ferramenta constitui-se a partir da leitura atenta, análise e interpretação de autores e autoras que tecem escritas sobre juventudes. Segundo Fontana (p. 66, 2018) “espera-se uma leitura atenta e sistematizada acompanhada de resenhas, anotações e fichamentos que, por sua vez, servirão de subsídios e de fundamentação teórica para a feitura da pesquisa”.

Deste modo, a pesquisa procurou trilhar de mão dadas caminhos teóricos já percorridos por outros/outras pesquisadores/pesquisadoras. Com isso, este artigo procura abordar as juventudes enquanto múltiplas, desnaturalizando verdades que procuram evidenciar somente um modo de ser jovem e de se estar na juventude.

¹ Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: btsilveira@gmail.com

² Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Rio Grande. E-mail: lory.ribeiro@uft.edu.br

³ Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: sulivanfs@uft.edu.br

2. Juventudes

Ao propor os termos juventudes e jovens, pretende-se realizar um descolamento das visões biologizantes e desenvolvimentistas carregadas pelas definições de adolescente e adolescência⁴. A partir dos estudos da sociologia compreende-se a condição juvenil como uma realidade construída socialmente, em uma tessitura de diferentes circunstâncias, sejam estas culturais, sociais, econômicas, políticas, de gênero. Essa construção, ou melhor, esse “estar em construção” nos possibilita ver características próprias de um determinado tempo. Conforme Groppo (2016, p. 23):

A juventude é, na sociologia, uma categoria social. Social pelo fato de fazer parte da estrutura social, de formar um grupo, uma coletividade de sujeitos, assemelhados pelo *status* etário intermediário. Também é uma categoria social por fazer parte do imaginário social, como símbolo. [...] A juventude é, na sociologia, também uma categoria histórica. É que a juventude, concretamente como representação social e como grupo etário, não é reconhecida ou formada em todas as sociedades.

O estado de ser jovem, em sua condição social ou coletiva, se encontra privilegiado na concepção sociológica de juventudes. Esta percebe a geração como um conjunto de pessoas, que tende a atravessar este particular momento da vida de maneira semelhante. E, reconhece ainda, a inclinação destes jovens para se aproximar e formar grupos com sujeitos da mesma faixa etária. Estes aparatos de organização juvenil, entretanto, não se encontram presentes na totalidade das sociedades e tampouco suas expressões são homogêneas e universais. As juventudes, portanto, se encontram estabelecidas na forma de uma realidade ou acontecimento histórico e, não, como uma invariante natural (GROPPO, 2017)

"O Brasil de 1920 era uma paisagem de velhos", escreveu Nelson Rodrigues em uma crônica sobre sua infância na rua Alegre, Rio de Janeiro. "Os moços não tinham função, nem destino. A época não suportava a mocidade" (RODRIGUES, 1993, p. 158). O escritor se refere aos sinais de respeitabilidade e seriedade que todo jovem demonstrava urgência em ostentar. Por exemplo, um homem de 25 anos era reconhecido por ter o gosto apurado ao se apresentar com o bigode, a roupa escura e o guarda-chuva necessários para identificá-lo entre os homens de 50, e não entre os rapazes de 18.

⁴ A persistência e a imbricação das questões etárias, sociais e culturais no escopo das juventudes é recorrente na contemporaneidade e pode ser encontrada, por exemplo, nas legislações e documentos orientadores. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS) adolescentes e jovens são respectivamente aquelas e aqueles de idades entre dez e dezenove anos e de vinte a vinte e quatro anos. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que a adolescência ocorre entre doze e dezessete anos. O Estatuto da Juventude, Lei nº. 12.852 de 5 de agosto de 2013, por sua vez, identifica o período etário entre quinze e vinte e nove anos para o transcorrer da juventude (BRASIL, 2013). Groppo (2017) afirma que a persistência, ambivalência e polissemia das juventudes é característico de um campo complexo e em disputa.

Maria Rita Kehl (2007), psicanalista e escritora, resgata esta passagem, no sentido de demonstrar o quanto é recente o prestígio da juventude. Ao observarmos fotos datadas dos anos 1920, percebemos as roupas sisudas, o anseio em aparentar “respeito” e um certo ar de seriedade, essas escolhas, esses comportamentos, atestam a vontade de parecer mais velho. Kehl interroga, assim, as noções de juventude e adolescência, tidas como condições universais e compulsórias a todo indivíduo.

Conforme o pesquisador Groppo (2016, 2017) tal compreensão e prática social decantam a partir de uma teoria tradicional dominante, intitulada de estrutural-funcionalista, a qual: “toma as estruturas sociais como um simples dado, não contestando-as ou imaginando transformações significativas no âmago da sociedade moderna” (p. 19). Essa perspectiva pensa a juventude, a infância, a maturidade e a velhice como etapas naturais e universais do desenvolvimento, circunscritas a categorias etárias e com fundamental determinação biopsicológica. Dessa ideia, deriva a compreensão de socialização secundária, ou seja, a juventude advém da socialização primária, iniciada na infância. Esta etapa é conduzida principalmente pela família, durante o ensino fundamental. Nomeada usualmente como adolescência, e circunscrita ao ensino médio, a juventude importa sobretudo como fase transitória antes de se alcançar a idade adulta, “como processo de absorção dos valores sociais mais relevantes e encaminhamento à função do sujeito quando adulto – especialmente, no mundo do trabalho” (idem, p. 21). Para tanto, cabe ao adulto, reconhecer os tempos, as demandas e as propriedades intrínsecas deste momento do curso da vida, principalmente em relação aos riscos e aos perigos cujas sombras ameaçam a condição juvenil, notadamente, a “rebeldia” e a “delinquência”.

A insuficiência desta abordagem - não só no âmbito conceitual, mas como prática social - força a construção de outras leituras que têm por cerne a desnaturalização dos conceitos, e possibilitam pensar e viver as juventudes – substantivo no plural - como construção sócio-histórica, resultante de disputas econômicas, culturais e relacionais, determinadas em um processo constante de mudança e ressignificação nas sociedades contemporâneas (GROPPO, 2017). No mesmo sentido, Rossana Reguillo afirma

A juventude é uma categoria construída culturalmente, não se trata de uma essência e, nesse sentido, a mutabilidade dos critérios que fixam limites e os comportamentos do juvenil, está necessariamente vinculada aos contextos sócio-históricos, produto das relações de força em uma determinada sociedade⁵ (REGUILLO, 2007, p. 48-49).

⁵ La juventud es una categoría construida culturalmente, no se trata de una esencia y, en tal sentido, la mutabilidad de los criterios que fijan los límites y los comportamientos de lo juvenil, está necesariamente vinculada a los contextos sociohistóricos, producto de las relaciones de fuerza en una determinada sociedad.

A ressignificação das juventudes como experiência plural é complexa e multideterminada (GROPPO, 2016, 2017). Em parte, esse processo responde a fatores próprios da sociedade capitalista, tais como a elevação progressiva do tempo na escola, competição no mercado de trabalho, escassez de empregos, contribuindo dessa forma para que o sujeito permaneça por mais tempo dependente do seu núcleo familiar. Esta ressignificação se refere ainda ao movimento sexual das décadas de 50 e 60 (REGUILLO, 2007).

Kehl (2007) chama a atenção para o fato de que em uma crise na economia capitalista, na qual se produzia insatisfação, falta de funções no espaço público, além da já referida dependência em relação à família, favoreceu o surgimento de uma nova fatia de mercado: o jovem consumidor. Dessa forma, “ser jovem virou slogan, virou clichê publicitário, virou imperativo categórico – condição para se pertencer a uma certa elite atualizada e vitoriosa” (KEHL, 2007, p. 91-92). O resultado de tal processo foi revelar este potencial estrato de consumidores. Vive-se uma ambivalência na contemporaneidade, pois as juventudes são exaltadas, desejadas por pessoas de todas as idades.

Entretanto, a maioria dos jovens não costumam ser ouvidos, levados em consideração. Vivem em um tempo de crise do sistema financeiro onde o desemprego assola a sociedade e o apelo ao consumo é uma constante, transformando a própria juventude em um produto a ser consumido, no qual os jovens das classes populares, muitas vezes, são consumidores falhos, sem acesso às ofertas da indústria e a variados confortos e recompensas anunciados para jovens de classes com poder aquisitivo superior. Esses jovens sofrem constantemente o bombardeio destas mensagens com o apelo de que ser um cidadão é sinônimo de ser um consumidor. Como tudo é publicizado e exposto para ser consumido, os jovens das classes elevadas acabam por “consumir” uma certa ética das periferias, utilizando-se de linguagens, sejam gírias, modas, estilos (KEHL, 2007). Estes códigos são conteúdos socializados e também comercializados, cada vez mais mutáveis, pelas gerações contemporâneas. Há um apelo relativo à juvenilização, aos valores associados à juventude como desejados – critérios, por exemplo, de uma estética dominante, capaz de excluir aqueles que não se enquadram em sua moldura.

Grosso (2015, 2017) classifica as teorias da juventude em tradicionais, críticas e pós-críticas. A teoria estrutural-funcionalista, como dito, tem por característica ser biologizante e se manteve dominante até meados do século XX. A partir da década de 1950, as teorias críticas passam a ser mais aceitas, dando proeminência aos aspectos sociais e culturais. As

ideias de geração e moratórias são importantes no sentido de romper com as concepções naturalizadas. As teorias pós-críticas da juventude surgem no cenário da sociologia ao nascer da década de 1970. A partir do pós-estruturalismo contesta-se, por exemplo, a vigência e a pertinência da organização por faixas etárias herdadas da “primeira modernidade”; outras perspectivas pensam as juventudes contemporâneas como variadas e produtivas formas de socializações. A tese da juvenilização e o conceito de “tribos” juvenis permitem relativizar a função e a importância da organização por faixas etárias e da passagem da infância à maturidade “guiada” pelas instituições (em especial as escolares).

Nesse contexto, Groppo apresenta a importância de pesquisas nacionais, como as realizadas pelo Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, também, do Observatório Jovem da Universidade Federal Fluminense (UFF). Ambas servem de parâmetro na maneira de investigar as socializações ativas. Estas pesquisas privilegiam o viver e pensar atual dos jovens, assim como destacam o seu papel como atores, sujeitos aptos a resolver as questões particulares e, também, as da coletividade na qual estão inseridos. (CARRANO, 2011). Estes Observatórios disponibilizam suas pesquisas aos jovens, a fim de que estas possam subsidiar argumentos que deem suporte na compreensão de suas trajetórias e experiências. Em seu acervo se multiplicam ricos relatos de vivências pessoais, familiares e sociais. Entre muitos formatos, estes estudos também se encontram disponíveis em documentários de vídeos. A análise deste material funciona como um alerta sobre a insuficiência das instituições e revela a criatividade das práticas dos jovens e seus grupos, na sociedade.

Três princípios são nodais às diferentes juventudes: Geração, Moratória social e Moratória vital. A partir de Mannheim, cada nova geração jovem tem a possibilidade de vivenciar experiências semelhantes. O segundo princípio, a moratória social, como tempo de permissividade, que pode ser realidade ou mesmo desejo (GROPPO, 2015). O terceiro princípio comum, é a moratória vital, cunhada por Margulis e Urresti (2000), como um capital vital em comparação aos adultos e aos idosos.

A seguir abordamos com maior atenção estes princípios por serem centrais na presente pesquisa.

3. Geração

Karl Mannheim, sociólogo húngaro, considerado pioneiro da sociologia da juventude, em 1928, propõe a discussão do conceito de geração como fundamental para se reconhecer a juventude (MANNHEIM, 1993[1928]). Neste conceito, o autor avança no sentido de passar a

perceber a juventude para além de uma etapa, biológica e psicologizante, de preparação para a vida adulta pregada até então pelos estrutural-funcionalistas. A geração, segundo o pesquisador, constitui-se a partir de

uma posição comum daqueles nascidos em um mesmo tempo cronológico. É a potencialidade ou possibilidade de presenciar os mesmos acontecimentos, de vivenciar experiências semelhantes, mas, sobretudo, de processar esses acontecimentos ou experiências de forma semelhante (MANNHEIM, 1993 [1928], p. 205).

Embora Mannheim tenha sido pioneiro em propor o conceito de geração como indicativo importante para se compreender a juventude, o mesmo já existia. Todavia, Mannheim, criticava o pensamento positivista francês em relação à geração, neste caso representado por Comte. Mannheim criticava também o pensamento romântico alemão – vertente da qual tinha preferência expressa – representada por Dilthey. Para Mannheim, nem apenas um corte etário, visto sob a ótica estatística, nem o jovem como a representação da rebeldia juvenil. (FEIXA, LECCARDI, 2010) Propunha uma mediação entre as vertentes, empenhava-se em compreender a condição juvenil, superando o binarismo das duas abordagens.

A definição contemporânea de geração também é um conceito que carrega uma construção histórica, difícil de estabelecer contornos visíveis de início e fim, porém, “jovens que experienciam os mesmos problemas históricos concretos, pode-se dizer, fazem parte da mesma geração” (Mannheim, 1993 [1928], p. 147). Mannheim (1961) na Conferência publicada em Diagnóstico do nosso tempo apresenta a juventude como reserva de capital vital, que segundo o autor, teria através disso o seu potencial de transformações na sociedade desperdiçado, pois não conseguia ocupar o espaço político para realizar essas mudanças. Importante enfatizar que mesmo sendo considerado hoje o pioneiro da Sociologia, a teoria de Mannheim passa, paradoxalmente, a ter relevância, segundo Groppo, (2015) na década de 1950. Década esta, ainda dominada pela teoria estrutural-funcionalista, na qual se multiplicam os estudos psicológicos e biologicista etaristas (preparação para a vida adulta) e sobre o jovem como potencial delinquente juvenil.

A temática da juventude no Brasil foi, de forma pioneira, introduzida nos debates acadêmicos na década de 1960 pela socióloga Marialice Foracchi, a qual revela

a noção de juventude impõe-se como categoria histórica e social, no momento em que se afirma como produto histórico, isto é, como movimento de juventude. É possível, nessas condições, propor-se a questão geral do significado de uma consciência jovem, expressão dos conflitos e tensões que se desenvolvem [na sociedade] (FORACCHI, 1972, p. 12).

Para a socióloga, o movimento de juventude tinha o poder de atuar intensamente na vida social, assim como ser identificado como uma força dinamizadora dessa mesma sociedade, o que acontece com a união de outras forças já operantes. A partir de uma perspectiva mannheimiana, a socióloga traz para a discussão, o tema das relações interpessoais, aquelas que ocorrem no contato entre gerações, e, também o tema das relações em um grupo social específico, a família, a comunidade, a escola (FORACCHI, 1972).

Para Foracchi (1972, p. 19), “Uma geração pode ser definida como tal, na medida em que possui um estilo de ação peculiar que se distingue do estilo de ação preexistente, desenvolvido por uma geração anterior”, embora não pertençam a mesma classe ou grupo social. Existe, para a autora, uma predisposição intrínseca a cada geração, forjada nas relações interpessoais de locação, situadas de modo diferente no processo histórico. A ideia de geração sobrepõe-se às diferenças de classes sociais, juntando um grupo de pessoas de idades similares que se interconectam por conteúdos afins (FORACCHI, 1972).

Os mesmos acontecimentos e fatos que compõem o acervo de experiência de uma geração, essa identidade de vivências que, no limite, é estratificada de modo semelhante, conduz a uma mesma localização social, forma o estilo de conhecimento e de atuação, característicos de uma geração. (FORACCHI, 1972, p. 21)

Destarte, a localização social não depende apenas da geografia. Essa interconexão transparece na ação de cada geração apta a criar modos de estruturar a experiência de vida, assim como de organizar um substrato de experiência pelos membros dessa consciência geracional. Desta forma os partícipes de uma geração compartilham um acervo comum de situações de vida. Assim, as gerações diferem entre si (FORACCHI, 1972). As juventudes são marcadas em suas gerações, juntas e contemporaneamente, pela opressão e violência, pela tensão e vilania do Estado, mas também pelas alegrias e vantagens popularizadas nas mídias.

Ademais, jovens convivem com pessoas de outras gerações, isto faz com que a ideia de ruptura, de mudança geracional, possa não se efetivar, demonstrando existir fendas e incorporações na transmissão cultural de diferentes gerações. Este equilíbrio é fundamental para a criação e transmissão cultural. Conforme Weller e Bassalo (2020), as unidades geracionais operam condições juvenis díspares, como é o caso do movimento crescente de conservadores. Influenciados por adultos, estes jovens se utilizam do discurso de mudança da ordem vigente, a qual identificam como caótica, com excesso de licenciosidade. Assim, percebe-se uma expansão da religiosidade e de valores já há muito tempo questionados pelas juventudes. (WELLER E BASSALO, 2020). Conforme as pesquisadoras, os jovens

conservadores se percebem como transformadores de uma sociedade a qual para eles aparece como desalinhada, obscura.

Corroborando com Weller e Bassalo, Groppo (2021) lembra que a história é cíclica e essas ondas de jovens conservadores comumente aparecem, haja vista os grupos juvenis que apoiaram Hitler, em um momento histórico no qual muitos movimentos jovens reivindicavam mais liberdade. Ou seja, ficamos frente a um paradoxo, por exemplo, entre as mulheres, muitas jovens, da geração pós-feministas, vivenciam experiências semelhantes às de suas avós acerca da maternidade, uma parcela substancial destas engravidam cedo e, mantêm suas gravidezes, mesmo que sejam vivenciadas como traumáticas e indesejáveis. Demonizam o aborto e quem o comete, muitas vezes subjugadas pelo patriarcado que naturaliza as normas de gênero (KEHL, 2007).

A necessidade humana de adquirir conhecimentos prévios à própria existência, assim como a impossibilidade dessa aquisição instantânea de toda a criação humana, impele a formação de grupos sociais etários destinados a cumprir atribuições de criação e de seleção cultural. Os novos agentes sociais são representantes da preservação, valorização e transmissão de patrimônio cultural para garantir a continuidade, bem como a renovação. (FORACCHI, 1972). Weller e Bassalo (2020) destacam que cada geração que surge apresenta modos próprios, de interpretação e sentidos da realidade dessa forma, as juventudes constituem permanente movimento de novas sociabilidades, assumindo marcas singulares num tempo histórico social, passando a representar jeitos de compreender e comunicar posições frente às demandas da sociedade, demonstrando estilos de pensamento que as diferenciam das gerações anteriores. (WELLER; BASSALO, 2020).

A sociedade é constantemente questionada pelas juventudes em relação às suas normas e valores. Cada geração estabelece diálogos com a sociedade. Para Foracchi (1972), este diálogo das juventudes com os adultos, que detêm as regras sociais, é o ponto de inflexão das gerações, capaz de causar tensão entre jovens e sociedade vigente, pois estes sujeitos questionam e buscam transformações incessantemente. Deste modo, a renovação das gerações é também a da sociedade. As novas gerações problematizam, desconhecem ou discordam de conteúdos acessados pelas gerações anteriores, assimilando os que entendem como válidos e dispensando os que não lhes serão úteis. Já as gerações precedentes cobram das iniciantes marcas que lhes pertenceram. Ademais, perdem-se algumas tradições pela negação ou conformismo (FORACCHI, 1972).

A sociedade se produz na inter-relação entre as gerações, a se influenciar mutuamente. Dentro de uma mesma geração há nichos com aproximações muito variadas e informações

bastante diversas. Já não há lugar de destaque para o conhecimento dos mais velhos como ocorria até o século XX, bem como as relações não se estabelecem apenas nas proximidades geográficas. (FORACCHI, 1972)

4. Moratória social: Quem pode ser jovem?

Assim como Foracchi, muitos pesquisadores, principalmente nos campos da psicologia e da sociologia, passam a utilizar o conceito de geração para desenvolver seus estudos acerca da condição juvenil. Um destes estudiosos é Erik Erikson, que desenvolve o conceito de moratória psicossocial. Para Erikson (1976) a referida moratória seria um tempo de permissividade oferecido pela sociedade a seus jovens. Período

[d]urante o qual o jovem através da livre experimentação de papel desenvolve sua identidade. Cada sociedade e cada cultura, institucionalizam uma certa moratória para a maioria dos jovens. Essas moratórias coincidem com aprendizados e aventuras. Pode ser um período de devaneios da imaginação, um período para a vida acadêmica, um período para a abnegação ou extravagâncias. (ERIKSON, 1976, p.156-157)

Segundo Erikson, este tempo seria utilizado, principalmente, para estudos e rebeldias juvenis. O jovem poderia ser, inclusive era esperado que fosse, transgressor da ordem vigente. Esta moratória seria fundamental para a elaboração interna na construção de uma identidade de adulto. Desde que Erikson cunhou o termo, muitos autores passaram a utilizá-lo para tratar de juventude. Este modo de compreender a condição juvenil é visto pelos pesquisadores das ciências humanas como avanço, pois não a percebe somente a partir da data de nascimento.

Segundo Margulis e Urresti (2000) a moratória psicossocial amplia as noções de geração e juventude. O desenvolvimento desse conceito é mais um passo no sentido de ultrapassar a concepção de a juventude ser apenas uma fase de transição entre a infância e a adultez. “Um período que combina uma considerável maturidade biológica com uma relativa imaturidade social”. (MARGULIS; URRESTI, 2000, p. 13). Os autores vão além e, na direção de ressignificar a juventude como uma condição histórico-cultural, apontam a moratória social e as diferentes dimensões capazes de produzir modos singulares de experienciar a juventude e de ser jovem. Destacam, para tanto, as fronteiras etárias como marcadores insuficientes e imprecisos. E, sobretudo, preconizam o prolongamento da experiência de ser/estar jovem por motivos da ordem econômica, social, cultural e política. Conforme Groppo (2013, p. 55):

A definição de juventude adotada por Margulis e Urresti reconhece a centralidade da experiência da moratória social, a qual certa época histórica, certos lugares e certas

classes sociais puderam oferecer aos seus adolescentes, que viveram então a condição juvenil.

A juventude como construção social implica uma espécie de suspensão, ou ainda, certo “tempo legítimo dedicado ao estudo e à capacitação [profissional], postergando o matrimônio [ou a vida independente, fora da casa dos pais], o que lhes permite gozar de certo período durante o qual a sociedade lhes brinda com uma especial tolerância” (MARGULIS; URRESTI, 2000, p. 15). Um período desfocado, sem demarcações visíveis de início e fim, os quais se encontram cada vez mais dilatados no tempo. Experiências que se manifestam de modos e temporalidades diversos a depender da classe social a qual o jovem pertence.

De acordo com Margulis e Urresti (2000) a moratória social constitui-se como um espaço de permissividade dado a certos setores sociais das sociedades desde o século XIX. Os jovens das classes mais altas têm possibilidade de postergar compromissos, principalmente em relação a edificação da própria família e do trabalho. São presenteados com um tempo para, por exemplo, estudar. Aproveitando um certo período de tolerância por parte da sociedade (p.7, 2000).

Para Margulis (2015) as identidades dos sujeitos, principalmente das classes populares se formam nas relações mais próximas, em diferentes instituições como a escola, a família e outros grupos sociais pelos quais transitam. Assim, “as classes média e alta cada vez mais prolongam suas juventudes, principalmente a partir dos anos de formação em graduação e pós-graduação. Já nas classes trabalhadoras, muitos jovens não podem estudar” (MARGULIS, 2015, p. 324), por isso para se compreender as juventudes é necessário um olhar mais refinado aos microgrupos.

Segundo os autores, jovens das classes populares não têm o mesmo acesso à moratória social e a outros benefícios em contraste aos de classes mais elitizadas, embora os artefatos de consumo apareçam nas propagandas para todos. São vistos, desejados, mas não adquiridos. As juventudes das classes populares desejam alguns destes artefatos, porém estes estão fora do seu alcance. A partir do conflito gerado por esta situação criam tribos de expressões de cultura contra hegemônica bastante produtivos, se manifestando através de grupos de funk, hip-hop, slam, grafiteiros, entre outros.

Ressalta-se, ainda, que quando estes jovens das classes populares não conseguem emprego, eles ocupam um não lugar, pois a condição de desempregado não é desejável por ele nem por sua família. Os jovens permanecem afastados de decisões e responsabilidades, por serem considerados incapazes de gerir a própria vida. Quando o desemprego é o motivo do

tempo livre, apresentam-se sentimentos como vergonha, culpa, frustração e, conseqüentemente, sofrimento (MARGULIS; URRESTI, 2000).

Todavia, mesmo que haja inter-relação das juventudes pelas gerações que originam códigos, linguagens e desejos de adquirir bens semelhantes, como já mencionado, os acessos de consumo se revelam contrastantes entre os jovens. Em meados do século XX, a indústria descobre na juventude, reforçada pela ideia de moratória social, um nicho promissor de vendas. Desde então, circula a imagem do jovem alegre e próspero. Para Margulis (2015), a juventude signo propagada pelas mídias é a do homem branco, europeu, de classe alta, com um tipo de corpo que é cada vez mais cultuado por todos. Este corpo ideal, símbolo de uma estética dominante, multiplica a variedade de mercadorias, assim como de bens e serviços que incidem de forma direta ou indireta nos discursos sociais que classificam a juventude (MARGULIS; URRESTI, 2000).

A partir do prisma da moratória social, as classes e grupos sociais vivem e vivem, assim, a condição juvenil de forma singularizada e desigual. É importante destacar que Margulis e Urresti contemplam a moratória vital em sua definição de juventude. Segundo os autores, esta moratória vital seria proveniente de um “capital vital”. Ou seja, uma grande quantidade de energia, de vitalidade e, até, de tempo de vida em poder destes jovens em relação a população adulta e idosa. As teses anteriores não consideram este núcleo vital, energético, em suas manifestações.

As duas moratórias – social e vital - nem sempre surgem vinculadas. A moratória vital perpassa todas as camadas sociais. Porém, nos núcleos populares, esta pode não se encontrar ligada a moratória social, caracterizando assim os “jovens não juvenis”. A condição da moratória social, sinalizada por signos a exhibir uma hipotética juventude, pode ser percebida em sujeitos nos quais a moratória vital oscila para baixo, os “não jovens juvenis”. Este fenômeno muito presente na atualidade, exhibe os signos do universo consumidor saturado de atrações iluminadas pelo apelo de juventude eterna, no qual se escapa da velhice para experimentar uma juventude que transborda de vitalidade “juvenil” (DEBERT, 1999) – na forma de uma “Terceira Idade”, na qual, através de generoso investimento financeiro, por um período limitado, um final de semana ou período de férias, se pode vestir a máscara juvenil há tanto tempo guardada no fundo de uma gaveta da mente adulta.

5. Moratória Vital

Em A juventude é mais que uma palavra, Margulis e Urresti (2000) problematizam ainda mais as indeterminações físicas e psicológicas, como faixa etária e alterações comportamentais tidas como típicas dos jovens, bem como categorias substancializadas ou adjetivadas que produzem sentidos autoevidentes, autoexplicativos e supostamente universais. Não há, para os autores, ‘o’ jovem ou ‘a’ juventude de forma independente das condições econômicas, de gênero e etnia.

Buscando identificar e compreender as juventudes das classes populares, os pesquisadores cunham o termo moratória vital, como sendo

um período da vida em que se está em posse de um excedente temporal, de um crédito ou de um plus. Como se se tratasse de algo que foi salvo, algo que se tem mais e de que se pode dispor, que nos não jovens é mais reduzido, vai se gastando e se terminando antes, irreversivelmente, por mais esforços que se faça para evitar. Deste modo, terá mais possibilidades de ser jovem todo aquele que possua esse capital temporal como condição geral. (MARGULIS; URRESTI, 2000, p.9)

A moratória vital, como dissemos, está relacionada ao capital biológico, ao corpo, à energia e ao distanciamento da velhice e da morte. A juventude possui uma espécie de base material ou “fundamento concreto”. A cronologia, entretanto, é significada e valorada a depender das tensões e sentidos engendrados pelas diferentes formas de acessar os bens de consumo, a cultura, etc. Há, dessa forma, uma complexa relação entre o tempo em que se processa a vida e as formas de significar e experienciar tal processo em sociedade. A juventude, nesta perspectiva, se tece (e é tecida) entre o capital simbólico e o energético, entre as condições juvenis e a juvenilidade. A complexa equação entre as moratórias, social e vital, por sua vez, se materializa no corpo jovem: que não é unicamente materialidade biológica bruta e tampouco se limita a expressão cultural.

Temos, assim, a juventude como um “período da vida em que se está de posse de um excedente temporal” (MARGULIS; URRESTI, 2000, p.12). A expressão desta potencialidade - energética e temporal - é constituída e manifesta nas relações sociais. As capacidades de expressão e realização, por sua vez, dependerão da posição social, do gênero e da etnia dos jovens. Há, assim, uma luta pelo reconhecimento das diferentes expressões juvenis, nem sempre compreendidas como legítimas e válidas. A possibilidade de fruir a juventude não está posta da mesma forma para todos e todas e, tampouco, há condições iguais para vivê-la.

Essa energia vital própria da moratória muda de expressão: o capital energético se converte em outra coisa, se mobiliza com outra lógica, aparecendo como crédito social, uma massa de tempo futuro, não investido, disponível de maneira diferencial segundo a classe social. Aqui é onde aparece a importância das transições que articulam a moratória social pelas quais se define a juventude que é o ponto de entrada pelo qual normalmente se opta na bibliografia especializada. Aí se pode

notar claramente como se dá a passagem do crédito energético ao crédito social, e ao tomar a definição de seu objeto exclusivamente deste último, isto é, já objetivado socialmente, se aceita implicitamente o prejuízo social que este traz incorporado, caindo na ideologia que rege a produção dominante de “juventude”. (MARGULIS e URRESTI, 1996, p.23)

Aliado à geração e à classe social, o gênero é um importante marcador das diferentes possibilidades de inscrição, nomeação e pertencimento dos jovens e das juventudes ao incluir as diversas e relacionais expressões de feminilidades e masculinidades. Gênero é entendido neste artigo como a forma em que as “características sexuais são compreendidas, representadas [...] valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre estas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico” (LOURO, 1997, p. 18-19), influenciada por outros fatores como classe social. Guacira Lopes Louro (1997) desenvolve seus estudos sobre gênero à luz da história do movimento feminista contemporâneo. Discute a opressão pela qual as mulheres têm passado ao longo da história, mas fala também da resistência expressa pela luta feminista em ações ora individuais e ora coletivas, apresentadas em publicações, filmes, peças teatrais, debates, etc. O patriarcado é muito presente na sociedade brasileira. As mulheres, em muitos casos, são silenciadas e silenciosas em relação, principalmente, à organização da família, à sexualidade e aos sentimentos.

A mulher jovem das classes populares, por exemplo, ainda lida com a representação do papel de mãe que lhe é reservado. Há um imperativo social sobre esses corpos. Dela é esperado que assuma as funções maternas cedo, obrigação ligada ao seu capital biológico, “para esta a juventude está relacionada com o corpo, o desejo, a energia”. É jovem em circunstâncias históricas de sua cultura (MARGULIS, 2015, p. 323). Para Margulis (2015) mesmo os espaços noturnos, ditos democráticos para as juventudes, impõem barreiras às mulheres que ficam mais fragilizadas em locais culturalmente machistas. Inúmeras vezes são culpabilizadas pelos assédios e violências que sofrem, estabelecendo-lhes fronteiras de onde podem ou não circular. Classe social e geração se interseccionam e são atravessadas, singularizadas, pela condição de gênero (MARGULIS, 2015).

Em diálogo com os autores Margulis e Urresti, buscando compreender a moratória vital, é possível depreender que o corpo da jovem mulher detém o capital energético que sustenta a moratória vital. O corpo feminino é constantemente publicizado, explorado, normatizado. Existe um apelo para que esses corpos sejam produtos, saudáveis, autocontidos a fim de alcançar um ideal, o qual é mutável e molda-se à estética da época. Todavia, há um apelo também para que as mulheres sejam mães ainda jovens, sobretudo, se são das classes

populares, o que lhes daria um status dentro da sua comunidade. O que significa habitar um corpo que habita um mundo?

5.1. Corpo e gênero: Uma relação vital

O que significa habitar um corpo que habita um mundo? Silvana Vilodre Goellner (2003) afirma:

Um corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno. Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas e a serem descobertas. Não são, portanto, as semelhanças biológicas que o definem mas, fundamentalmente, os significados culturais e sociais que a ele se atribuem (GOELLNER 2003, p. 29).

O corpo tem uma materialidade biológica. Isso é inegável. Todavia, não pode ser pensado fora da história e da cultura, pois é produzido por estas. É preciso desnaturalizar o modo como o corpo é percebido. Deve-se entender que este não é “dado a priori nem mesmo é universal, é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais” (GOELLNER 2003, p. 29). Desse modo, o corpo é forjado também através das narrativas. Para Goellner, a linguagem é criadora, podendo nomear, classificar e legitimar (ou não) os corpos. Há uma normatividade definidora do que é belo, jovem e saudável. E esse corpo jovem é propagado pela mídia em seus diferentes espaços, tal estratégia faz com que sejamos capturados pelos significados criados para o corpo.

O culto ao corpo, conforme as autoras, passa a ter relevância a partir do séc. XVII, mas se intensifica no séc. XIX. Os discursos medicalizantes, dessa época, começaram com a análise das características biológicas, como o tamanho do cérebro para identificar o nível de inteligência dos sujeitos ou a proporção das mãos para reconhecer loucos ou criminosos. Essas classificações contribuíram para a hierarquização de determinados corpos. Assim, frequentemente “os negros e/ou as mulheres foram considerados inferiores exclusivamente porque seus corpos apresentavam algumas características biológicas nomeadas por essa mesma ciência como inferiores, incompletas ou díspares” (GOELLNER, 2003, p. 31). O ritmo imposto às cidades, desde a industrialização, aprimora métodos e técnicas de potencializar a energia do corpo individual e social. O corpo da burguesia feminina deveria se apresentar como delicado e comedido, ao contrário do corpo proletário, indócil e desmedido.

No séc. XIX, o corpo produtivo passou a ser controlado e educado de forma a ser considerado, inclusive, uma máquina de energia, principalmente enquanto corpo jovem feminino. (GOELLNER, 2003). Esse corpo de mulher tinha que ser saudável para fins de procriação. A maternidade era condição para que a mulher fosse percebida dentro de um padrão esperado para esta. A casa era o lugar reconhecido da mulher, exercendo características que lhe eram atribuídas, como a paciência e a benevolência. O discurso era, então, o da mulher como sexo frágil. A mulher, não procriadora, era significada como inútil.

Certamente, nessa historicidade, muitas mulheres interrogaram estes preceitos e destacaram-se, por exemplo, em diferentes profissões. Questionaram, assim, verdades hegemônicas ao estabelecerem múltiplas formas de pertencimento social, bem como demarcaram a existência de múltiplos gêneros e feminilidades. Enfatiza-se que há ainda muitas barreiras a serem derrubadas para que cheguemos a uma razoável situação de equidade de oportunidades, pois a realidade mostra ser a mulher, inúmeras vezes, culpabilizada pelos assédios e violências sofridas. Existe ainda um código implícito por onde pode ou não circular, a profissão que pode ou não exercer. O transitar, muitas vezes, negado às jovens mulheres, não se restringe somente a lugares físicos, pois, conforme Reguillo (2007) a expansão tecnológica é uma das características marcantes das juventudes deste contemporâneo, proporcionando, também, espaços virtuais, e, infere-se que mesmo nesses espaços, há uma distinção entre onde a jovem mulher pode “transitar” em segurança ou não.

O corpo, principalmente feminino, na contemporaneidade, é marca, inclusive, de identidade devido a crescente especialização de produtos e serviços disponíveis aos cuidados, bem como ao controle do que se deseja ideal, considerando-se os infindáveis produtos da indústria da beleza, renovada a cada dia em setores como moda, perfumaria, cirurgia estética, estimulando a busca de diferentes tratamentos de beleza, especializações médicas e psicológicas, exercícios físicos, dietas, na ânsia de forjar o corpo dia após dia. Essa produção faz com que surjam sempre insatisfações e inquietações novas. (GOELLNER; 2003). O corpo sempre enunciado e reivindicado é o corpo jovem, belo e saudável.

Para Goellner (2003), é imperativo buscar a história com suas marcas para ampliar olhares e compreender “o que hoje é designado como sendo um corpo desejável e aceitável” (GOELLNER, 2003, p.31). Mesmo essas referências sendo transitórias “não perdem seu poder de excluir, inferiorizar e ocultar determinados corpos em detrimento de outros” (idem). Assim, se produz a máxima de que todos devem ser jovens e saudáveis, a tal juvenilização da sociedade.

Como já dito, dos corpos jovens femininos, principalmente das classes populares, além de objeto de desejo, ainda é esperado que sejam saudáveis e prontos à maternidade, a fim de garantir o seu status dentro destas comunidades periféricas. Estes corpos são cotidianamente invadidos, violentados, vitimados e muitas vezes criminalizados. Há um discurso de permissividade de violação dos corpos femininos jovens. Segundo Louro (2003), a mulher sofre opressão em ações individuais ou coletivas em diferentes tempos históricos. O debate volta ao campo do social, pois é nesse espaço que se reproduzem relações desiguais. (LOURO, 2003)

Conforme Goellner (2003, p. 35), intervenções que operam no corpo, “ao mesmo tempo que podem oferecer-lhe - e oferecem - liberdades, invocam também estratégias de autocontrole e interdição”. Ademais, passamos a ser prisioneiras desses discursos que prometem vida longa e saudável, bem como vigias auto regulamentares de nossas ações para manter esse corpo desejável, enquanto a discursiva contemporânea nos responsabiliza pelos próprios cuidados.

Outrossim, o corpo é forjado no individual e no coletivo, em sua constituição histórica, ou seja, é produto de determinado tempo. O corpo contemporâneo exige a constante busca do prazer, concomitantemente, ao disciplinamento e responsabilização de si, revelando não só um eu individual, mas também um eu compartilhado, símil a tantos outros produzidos no tempo e na cultura local (GOELLNER, 2003).

Para Gollner (2010), fabrica-se a ideia de corpo projeto, materializado nas práticas da cultura fitness, necessitando de reconhecimento de feminilidade, com uma contínua remodelação, refabricação de um corpo que não está nunca ao alcance do desejável. Multiplicam-se dietas, exercícios físicos e modificações corporais para manter um corpo que é uma criação discursiva da indústria, como sendo uma descrição de ideal. São múltiplas tecnologias de idealização de gênero e juventude, que sempre conduzem a um lugar inacessível.

6. Concluindo...

Para concluir, no limite de um artigo, do ponto de vista social e econômico, os diversos estratos marcam e delimitam formas de viver e estar em companhia. Cada geração que nasce é também influenciada por sua época, internalizando códigos da cultura de seu tempo e da comunidade a que pertence. Jovens vão se produzindo, incorporando e resignificando ritmos, gostos e valores de gerações anteriores e gestando novos códigos.

A análise apresenta a persistência da ideia de juventude como símbolo de felicidade. Em contrapartida, as juventudes costumam ser também alvo de crenças populares repletas de negatividade, narrando o jovem como personagem sujeito a riscos, dificuldades e vulnerabilidades em sua trajetória.

Esta multiplicação de narrativas corrobora o fato de as juventudes terem se tornado um tema em voga. A condição juvenil, sob a ótica econômica e política, é relevante à educação, à saúde, à psicologia, à mídia. O marketing vigente também percebe as juventudes e o jovem como clientes com um enorme potencial para consumir signos, marcas e imagens que se desdobram em uma incontável variedade de produtos e serviços.

As juventudes podem ser entendidas na forma de uma condição histórico-cultural repleta de significados em constante construção. Na condição de produção social, pensar juventudes em suas múltiplas dimensões – materiais, políticas, históricas, culturais –, implica desnaturalizar concepções tidas como universais.

Feminino e masculino se apresentam em configurações plurais, conflitantes, ambíguas e instáveis. A cultura vigente assinala corpos e sujeitos como femininos e masculinos em articulações que sublinham a pluralidade e a conflitualidade destas construções. Estas definições de gênero são projetadas através do filtro de outras lentes sociais, ou seja, classe, raça/etnia, sexualidade, geração, religião, nacionalidade. Tais articulações fabricam sensíveis alterações nas maneiras pelas quais feminilidades, no plural, estão (ou podem estar) sendo vividas e experienciadas por estes diversos grupos, dentro ou fora dos mesmos, também, por estes sujeitos, neste ou em diferentes momentos de seu viver.

As relações entre as moratórias social e vital permitem desnaturalizar consensos sobre as juventudes e suas múltiplas expressões, bem como problematizar os inúmeros fatores que jogam no sentido de permitir ou limitar as possibilidades de fruir a preparação para a vida adulta. Compreendemos também que a configuração do tempo social das juventudes, isto é, da temporalidade entre pares, incluindo seus usos e consumos dos bens culturais estão dispostos de forma desigual, a depender da classe social, do gênero e da etnia.

Referências

CARRANO, Paulo. Jovens, escolas e cidades: desafios à autonomia e à convivência. In: *Teias*. v. 12, n. 26, p. 6- 22, 2011.

DEBERT, Guita Grin. Velhice e o curso da vida pós-moderno. In: *Revista USP*, 1999.

ERIKSON, E. *Identidade, juventude e crise*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. In: *Revista Sociedade e Estado* - Volume 25 Número 2 Maio / Agosto 2010.

FORACCHI, Marialice. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo, Livraria Pioneira, 1972.

FONTANA, Felipe. Técnicas de pesquisa. In: MAZUCATO, Thiago. (Org.). *Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico*. 1ª. ed. Penápolis: FUNEPE, 2018.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. In: *Cadernos de Formação RBCE*, p. 71-83, mar. 2010

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G.L. et al. *Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GROPPO, Luis Antonio. *Introdução à sociologia da juventude*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

GROPPO, Luis Antonio. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil Contemporâneo. *Revista Políticas Públicas*, São Luís, v. 20, n 1, p. 383-402, jan./jun. 2016.

GROPPO, Luis Antonio. Teorias pós-críticas da juventude: juvenilização, tribalismo e socialização ativa. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 13 (2), pp. 567-579, 2015

GROPPO, Luis Antonio. Educação sociocomunitária e integração sistêmica: fundamentos para uma crítica das intervenções educacionais não formais contemporâneas. In: *Acta Científica*, v. 22, n 1, 2013

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: *Juventude*. Belo Horizonte: Outro Olhar, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista* Petrópolis, RJ, Vozes, 1997

MANNHEIM, Karl. The problem of generations. *Essays on the Sociology of Knowledge*, p. 276-322, 1993.

MARGULIS, Mário. Juventud o juventudes: Dos conceptos diferentes. *Voces en el fênix*. Córdoba, n. 51, dic. 2015

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (Org.). *La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura e juventude*. Buenos Aires: Biblos, 2000.

REGUILLO, Rossana. Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión. In: *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

RODRIGUES, Nelson. *Teatro completo*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1993.

WELLER, Wivian; BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. A insurgência de uma geração de jovens conservadores: reflexões a partir de Karl Mannheim. In: *Estudos Avançados* 34 (99), p. 391-407, 2020.

¿Qué mujeres pueden ser jóvenes?

Resumen

Este artículo es parte de la tesis Jóvenes y Deficiencia: Narrativas Autobiográficas de Mujeres Jóvenes que se está elaborando en el Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul. Al abordar el tema de la juventud, el argumento busca desnaturalizar ideas y concepciones actuales. Así, el concepto se aleja tanto del singular, juventud, como del término adolescencia, considerado, en muchos estudios, su sinónimo. Las juventudes, en plural, también se justifican al reconocer la existencia de múltiples experiencias juveniles. Este artículo se basa en la sociología de la juventud. Dialoga con autores como Luís Antônio Groppo (2016, 2017) para historizar diferentes concepciones; Karl Mannheim (1993 [1928]); Marialice Foracchi (1972) en el tratamiento de la generación; e investigadores como Mário Margulis y Marcelo Urresti (2000); Silvana Goellner (2003) en lo que implica moratoria social y vital, destacando, en esta última, cuestiones relacionadas con el género y el cuerpo.

Palabras clave: Juventudes; Generacion; Moratoria social; Moratoria vital.

Quelles femmes peuvent être jeunes ?

Résumé

Cet article fait partie de la thèse intitulée Jeunesse et handicap : récits autobiographiques de jeunes femmes qui est en cours de production dans le cadre du programme d'études supérieures en éducation de l'Université fédérale de Rio Grande do Sul. Ainsi, le concept s'éloigne à la fois du singulier, de la jeunesse du terme adolescence, envisagé dans de nombreuses études de sa part. La jeunesse, au pluriel, aussi dans la reconnaissance de l'existence, peut justifier des expériences de jeunesse. Cet article est ancré dans la sociologie de la jeunesse. Il dialogue avec des auteurs tels que Luís Antônio Groppo (2016, 2017) afin d'historiciser différentes conceptions ; Karl Mannheim (1993 [1928]); Marialice Foracchi (1972) en termes de génération ; et des recherches telles que Mário Margulis et Marcelo Urresti (2000) ; Silvana Goellner (2003) en ce qu'il s'agit de moratoires sociaux et vitaux, mettant l'accent, dans ces derniers, sur les questions liées au genre et au corps.

Mots clés : Jeunesse ; Génération; Moratoire social ; Moratoire vital.

Which women can be young?

Abstract

This article is part of the doctoral thesis Youth and Deficiency: Autobiographical Narratives of Young Women being developed in the Postgraduate Program in Education of the Federal University of Rio Grande do Sul. By addressing the youths' theme, the argument aims to denaturalize ideas and current conceptions. Thus, the concept is detached as much as from the singular, youth, as from the term adolescence, considered, in many studies its synonym. Youths, in the plural, is also justified in the recognition of the existence of multiple juvenile experiences. This article is based on the sociology of youth. It dialogues with authors such as Luís Antônio Groppo (2016, 2017) in order to historicize distinct conceptions; Karl Mannheim (1993 [1928]); Marialice Foracchi (1972) in terms of generation; and researchers like Mário Margulis and Marcelo Urresti (2000); Silvana Goellner (2003) in what involves social and vital moratoria, emphasizing, in the last one, matters relative to gender and body.

Keywords: Youths; Generation; Social Moratorium; Vital Moratorium